

O CONCEITO DE REGIÃO E A PROBLEMÁTICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS¹

Paulo Roberto R. Alentejano²

Introdução

O debate acerca da noção de região é antigo, amplo e controverso. Envolve um sem número de disciplinas e uma enorme gama de correntes, assim como escalas diferenciadas, podendo ir das macrorregiões em escala supranacional às microrregiões que englobam dois ou três municípios.

Nosso objetivo neste texto é refletir acerca desta problemática tendo em vista a necessidade de construção de uma metodologia para a análise dos impactos regionais dos assentamentos rurais, considerando-se quatro dimensões: econômica, política e social. Portanto, as escalas maiores - isto é, as relativas aos espaços mais reduzidos - serão privilegiadas, pois são estas que concentram as relações que envolvem os assentamentos rurais, embora não possamos ignorar as interferências dos processos sociais, econômicos e políticos globais ou macrorregionais nas dinâmicas locais. Por outro lado, buscaremos uma perspectiva multidisciplinar para a análise, visto que as dimensões são variadas, impedindo que nos limitemos aos marcos de uma única disciplina, o que é aliás cada vez mais raro no campo das ciências sociais, dado que a própria imbricação na realidade de tais processos faz com que os pesquisadores praticamente não se atenham mais às estreitas e artificiais fronteiras dos campos de saber tradicionais.

Dividiremos nossa análise em três partes: numa primeira reconstituiremos em linhas gerais a evolução do debate acerca da noção de região; a seguir destacaremos os fundamentos da discussão atual acerca da regionalização brasileira; finalmente, buscaremos esboçar o que se poderia considerar como bases para o desenvolvimento de uma análise regional da problemática dos assentamentos rurais.

¹ Este texto é o resultado da sistematização dos debates realizados no âmbito da equipe do Rio de Janeiro da pesquisa "Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais" (Convênio FINEP/CPDA/UFRRJ nº 41960844.00). Participaram das discussões, além dos componentes da equipe - Leonilde S. Medeiros, Sérgio P. Leite (coordenadores), Inês Cabanilha de Souza e Paulo Roberto Alentejano (pesquisadores), Adriane Benedetti (auxiliar de pesquisa) - alunos do CPDA/UFRRJ (Aluísio Melo, Pedro Bavaresco e Severina de Araujo) e de outras instituições de pós-graduação (Diógenes Pinheiro e Maristela Dal Moro).

² Geógrafo e Mestre em Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA/UFRRJ.

A evolução do debate sobre a noção de região

Como afirmamos acima, buscaremos uma interpretação da questão da região que extrapole os limites particulares das disciplinas, porém, para iniciar a análise nos concentraremos no debate geográfico do conceito e introduziremos, no decorrer do texto, contribuições para a questão provenientes de outros campos do saber. Faremos isto por duas razões: foi no âmbito da geografia que o debate científico sobre a região surgiu e mais se desenvolveu, tendo inclusive durante muito tempo havido uma identificação quase direta entre a disciplina e este conceito; dado o caráter da própria geografia que sempre foi uma ciência de fronteira, esta incorporou - muitas vezes de forma acrítica - diversas contribuições de outras disciplinas no próprio processo de discussão do conceito. Portanto, de forma alguma estamos advogando uma superioridade da abordagem geográfica da noção de região, apenas consideramos que pode ser um interessante ponto de partida para iniciar-se a discussão.

A noção de região é muito antiga e profundamente arraigada no senso comum, o que torna sua discussão bastante complexa pelas imprecisões que seu uso generalizado carrega e que se transportam facilmente para o debate no campo da ciência. Remonta ao período de constituição do Império Romano, estando fortemente associada à relação entre centralização política e sua extensão sobre um território marcado por fortes diversidades, e essas são as marcas fundamentais do conceito até hoje: centralização de um lado, diversidade do outro. O uso da noção no senso comum ressalta em geral o aspecto da diferença - com grande realce para as de cunho natural - ao passo que omite o caráter político de controle do território embutido nesta. Também a geografia no seu nascedouro, ressaltou o caráter da diversidade espacial e mascarou a natureza política da idéia de região, atribuindo grande importância às influências do ambiente no desenvolvimento das sociedades ao mesmo tempo que eram escamoteados os interesses políticos por trás da organização centralizada do espaço. A geografia regional francesa foi, sem dúvida, o exemplo mais concreto desta visão e sua influência particularmente aguda no desenvolvimento da geografia brasileira. Por conseguinte, o debate inicial acerca do conceito de região no Brasil herda este viés naturalista, bastando ver para isso a definição inicial da regionalização brasileira pelo IBGE, onde sobressai o aspecto morfoclimático.³ Dentro desta perspectiva, a região é vista como um dado, uma unidade que tem existência concreta.

A partir dos anos 30 inicia-se, nos países anglo-saxões, um movimento crítico em relação ao tratamento da região tal como proposto pela geografia regional francesa, cujo centro está justamente no questionamento desta existência concreta das regiões, da sua consideração como algo dado. Hartshorne, principal

³A primeira regionalização brasileira, formulada por Fábio Macedo Soares Guimarães, dividia o país nas regiões Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste, baseando-se fundamentalmente nos aspectos físicos, principalmente clima e vegetação. Voltaremos com mais detalhes à questão no próximo tópico.

crítico desta visão, vai desenvolver a idéia de que a região é um conceito construído abstratamente, por meio do entrecruzamento de elementos naturais, econômicos e sociais, o que também já reflete uma maior problematização do papel central na delimitação das regiões atribuído até então ao ambiente.⁴

Isto coincide, por sua vez, com as primeiras intervenções de política econômica com um caráter regional, particularmente com a criação nos EUA, no âmbito do *new deal*, do TVA⁵ e, posteriormente à II Guerra Mundial, com as medidas de incentivo à recuperação da economia européia. Com isso, as discussões regionais, até então praticamente restritas aos geógrafos, ganham espaço dentro da economia. Com o passar do tempo, podemos perceber inclusive uma crescente hegemonia das formulações econômicas na discussão de região, com o debate acerca das desigualdades de desenvolvimento assumindo papel central. A região deixa cada vez mais de ser fruto de diferenças naturais e adquire crescentemente o caráter de economicamente desigual. Dentre as formulações econômicas, duas se destacaram: a da "causação circular" de Myrdal [1957] e a dos "pólos de crescimento" de Perroux [1955].

Segundo Myrdal:

*"Se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar remuneração bem maior do que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação, e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado."*⁶

Concordando com as premissas de Myrdal, Perroux desenvolve a concepção de que esta ação do Estado deve se pautar pela criação de pólos econômicos capazes de induzir o crescimento nas regiões mais deprimidas. A visão de Perroux foi, sem dúvida, a que mais se difundiu, inclusive no Brasil, principalmente durante o período militar.

Este movimento de substituição da base natural pela base econômica na determinação das regiões reforça a tendência que já se esboçava na crítica de Hartshorne, porém, reduz o impacto de sua outra crítica - a da construção abstrata -, pois os economistas regionais sustentarão o caráter concreto das regiões, considerando-as uma realidade produzida pelo desenvolvimento econômico desigual.

⁴ HARTSHORNE (1939).

⁵ Por ocasião da crise de 1929 a depressão que se abate sobre a economia americana leva o governo dos EUA a criar programas sociais e de revitalização econômica, com particular ênfase para as áreas de maior concentração de pobreza como é o caso do Vale do Tennessee, onde se cria um aparato institucional (Tennessee Valley Authority - TVA) voltado para a realização de projetos de irrigação, construção de hidrelétricas e outras obras de infra-estrutura, além de promover uma reorganização fundiária, com o intuito de erradicar a pobreza na região.

⁶ MYRDAL (1957) apud EGLER (1995 - pág. 211).

Dos anos 50 aos anos 70 o debate sobre a região permanece pautado por este viés economicista, mas começa-se a perceber o desenvolvimento de outras interpretações que realçam aspectos diversos da realidade, principalmente a dimensão social e política, com o resgate do caráter da noção em seus primórdios. Para isto, contribuiu - como nos lembra Bourdieu⁷, a eclosão de movimentos de caráter regional no fim dos anos 60, chamando atenção dos sociólogos - até então distantes do debate - para a problemática regional. A sociologia vai privilegiar a discussão dos aspectos políticos e culturais que conformam a região ou, na definição do próprio Bourdieu:

*"As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos."*⁸

Assim, os sociólogos vão considerar que o que está em jogo na discussão do conceito de região é o poder de impor a visão de mundo que vai reger a divisão dos grupos, é o poder de estabelecer fronteiras entre o que se quer legítimo/ilegítimo, o que faz do discurso regionalista um discurso performativo, isto é, um discurso que busca afirmar diferenças e demarcar espaços, como sustenta Vainer, enfatizando o caráter histórico do processo de construção das regiões:

*"...as regiões que temos diante de nós são frutos de embates anteriores, onde diferentes recortes se contrapuseram; o que temos é o resultado ex-post dos embates entre recortes - ou melhor entre diferentes grupos sociais com diferentes projetos territoriais (regionais). Também no território o que se tem é a história dos vencedores. Outras regionalizações, outros recortes que porventura tenham tido relevância e acabaram sendo derrotados, ficaram no famoso lixo da história."*⁹

Tal qual acontecera com o debate econômico nos anos 40/50, também o da sociologia é incorporado pelos geógrafos, proliferando estudos regionais que realçam a importância das dinâmicas social e política para a delimitação da região. Como resultado da influência crescente dos debates econômicos e sociológicos, temos o desenvolvimento de duas vertentes básicas no pensamento sobre a região: como espaço vivido e como resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo.

⁷ BOURDIEU (1989).

⁸ Idem - pág. 113 - grifos no original.

⁹ VAINER (1996 - pág. 21 - grifos no original).

A primeira posição reflete uma retomada da concepção humanista dentro da geografia e representa o resgate da idéia de identidade regional, ao mesmo tempo que reafirma a região como uma realidade concreta:

*"...a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender a região é preciso viver a região."*¹⁰

No segundo caso temos a marcante influência das análises marxistas, cujo cerne é a concepção de divisão territorial do trabalho, derivada por sua vez da noção de divisão social do trabalho. Assim, para os geógrafos - e outros cientistas sociais - de inspiração marxista, a região nada mais significa que o resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo e do movimento diferencial da acumulação do capital, os quais produzem uma divisão territorial do trabalho que dá origem às regiões, ou como dizem Santos:

*"A região é, pois, nesta perspectiva a síntese concreta e histórica desta instância espacial ontológica dos processos sociais, produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social."*¹¹

E Oliveira:

*"Uma "região" seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.(...) É possível reconhecer a existência de espaços econômico-político-sociais onde, por exemplo, o capital comercial comanda as leis de reprodução sem no entanto penetrar propriamente na produção; tal região se diferenciaria de uma outra onde o capital penetrou no próprio sistema produtivo, onde seria o capital industrial - em sentido lato, pois a agricultura capitalista também é uma indústria - o responsável pela reprodução do sistema; assim sucessivamente, as diversas formas de reprodução do capital conformariam "regiões" distintas."*¹²

É também nos anos 70 que se tem no interior do debate geográfico a mais contundente crítica ao conceito de região e à tradição dos estudos regionais. Lacoste, no clássico "A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra"¹³, dentro de uma profunda crítica histórica, teórica e metodológica à geografia francesa, aponta a região como um *conceito obstáculo* que deveria ser

¹⁰ GOMES (1995 - pág. 67).

¹¹ SANTOS (1978) apud GOMES (1995 - pág. 66).

¹² OLIVEIRA (1981 - pág. 29 - grifos no original).

¹³ LACOSTE (1988).

abandonado pelos geógrafos. Ao naturalizar as relações sociais, este conceito nada esclareceria, ao contrário, entorpeceria a visão acerca das desigualdades espaciais existentes, as quais não seriam fruto de dinâmicas regionais particulares, mas da forma como os processos sociais se articulam nas diversas escalas. Lacoste não se furtou também a criticar a perspectiva marxista que se desenvolveu na geografia, afirmando que esta tem claro caráter mecanicista, ao que Gomes acrescentou:

*"...muitas vezes, a idéia evolucionista e mecanicista predominou, revestida de um vocabulário marxista (...) e a totalidade sócio-espacial se transmuta na "velha" idéia da síntese regional."*¹⁴

A crítica lacostiana terá profunda repercussão no debate geográfico e se somará às novas interpretações sociológicas e econômicas, fazendo proliferar ao longo dos anos 80 uma série de novas formulações para a questão, assim como contribuirá para a multiplicação dos autores que apontam para a morte da região, fazendo coro com a argumentação de Lacoste que a coloca como um conceito a ser abandonado.

O avanço crescente do processo de globalização ao longo dos anos 90, ao lado do ressurgimento de movimentos nacionalistas e, particularmente, da fragmentação do império soviético reacendem a controvérsia em torno da noção de região, com uma parcela expressiva de estudiosos reafirmando sua morte definitiva, ao passo que outros vêm nisso exatamente a sua ressurreição, com uma força ainda maior.

Para os primeiros, a globalização eliminaria qualquer papel expressivo da dinâmica regional, pois o controle global do poder econômico e político se sobreporia a quaisquer manifestações de caráter local ou regional.

Outros, entretanto, sustentam que esta dinâmica mundializada carece, para se efetivar, de articulações de base territorial, fazendo com que se recoloque a importância central desta dimensão e tenha-se como resultado concreto do processo de globalização a reafirmação de velhas regiões ou a conformação de novas, como destaca Gomes:

*"A tão decantada globalização parece concretamente não ter conseguido suprimir a diversidade espacial, talvez nem a tenha diminuído. Se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial não quer dizer que haja uma homogeneidade resultante desta ação. Este argumento parece tanto mais válido quanto vemos que o regionalismo, ou seja, a consciência da diversidade, continua a se manifestar por todos os lados. O mais provável é que desta nova relação espacial entre centros hegemônicos e as áreas sob suas influências tenham surgido novas regiões ou ainda se renovado algumas já antigas."*¹⁵

¹⁴ GOMES (1995 - pág. 66).

¹⁵ GOMES (1995 - pág. 72).

Há ainda os que, discordando da inevitabilidade do processo de globalização, ressaltam o caráter de resistência ao avanço desta que está presente nos movimentos de base regional. Ou ainda os que salientam os aspectos contraditórios desta relação, uma vez que ao mesmo tempo em que o capital globalizado pode se valer da fragmentação para se impor mais facilmente, pode gerar movimentos de resistência, como destaca Bourdieu:

*"A nova divisão internacional do trabalho não só não condena os pequenos Estados isolados, como também se acomoda muito bem a essas unidades oficialmente autônomas e incapazes de impor constrangimentos aos capitais estrangeiros (visto que os poderes locais podem encontrar ganhos evidentes em cederem a sua dependência às grandes potências económicas). Mas, simultaneamente, a redistribuição dos investimentos no espaço, em função apenas da lógica das taxas diferenciais de lucro, e a deslocalização do poder, que daí resulta, tendem a estimular a revolta contra o Estado."*¹⁶

Como resultado deste profundo debate, temos a afirmação de alguns consensos, dentro do dissenso em relação à definição de um conceito de região, o que fica patente na transcrição das definições a seguir:

*"Uma região é uma sociedade territorial contígua, desenvolvida historicamente, que possui um meio ambiente físico, um meio sócio-econômico, político e cultural, e uma estrutura espacial distinta em relação a outras regiões bem como a outras unidades territoriais maiores, cidades e nações."*¹⁷

*"...a região é, antes de tudo, um conceito-síntese das relações entre cidade e campo, definindo-as e particularizando-as em um conjunto mais amplo, que pode ser tanto a economia nacional como a internacional."*¹⁸

*"De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesse identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território."*¹⁹

"Região não é uma marca no espaço, ou uma forma neutra de agregar diferenças. Região é um padrão de reprodução da relação de dominação para dentro (da região) e

¹⁶ BOURDIEU (1989 - pág. 130)

¹⁷ MARKUSEN apud CARLEIAL (1994 - pág. 52).

¹⁸ EGLER (1995 - pág. 215).

¹⁹ GOMES (1995 - pág. 73).

para fora, ou, em outras palavras, uma forma de articulação dos grupos dominantes em nível regional e destes com os grupos dominantes em nível nacional."²⁰

Observa-se que, apesar das diferentes formulações, três aspectos parecem ser consensuais: o caráter multidimensional e multiescalar da região e o caráter construído desta. De um lado, não há mais a afirmação de uma hegemonia ambientalista ou economicista na definição de região, prevalecendo uma visão que busca articular estes aspectos com as dimensões social, cultural e política, sendo que este último aspecto adquire muitas vezes papel preponderante. De outro, reconhece-se a possibilidade da análise regional se dar desde o âmbito imediatamente supra local, até o dos grandes blocos continentais, portanto, com um caráter supranacional, não se configurando uma escala ideal. Em terceiro lugar, não há mais a afirmação da região como algo dado, concreto, mas como um objeto construído, o que não quer dizer que não tenha uma existência concreta, enquanto construção histórica, mas que esta existência não é permanente, nem independente das condições de sua reprodução.

Este breve resumo do debate sobre o conceito de região através da história das ciências sociais, tendo a discussão geográfica como fio condutor, nos permite dizer que a evolução do conceito se deu em direção à sua dupla desnaturalização - no sentido de não ser determinada pela natureza nem ser considerada como um dado - e sua afirmação como uma construção social.

Vejamos agora como o debate regional ganhou corpo no Brasil durante este século.

A discussão sobre a regionalização no Brasil contemporâneo

Precisar o momento exato da irrupção do debate regional no Brasil é algo bastante difícil, porém, não é tão complexo perceber que é nos anos 50 que este ganha força e se transforma numa das principais questões dentro da discussão do modelo de desenvolvimento brasileiro travado naquele momento. O que é extremamente claro é que a emergência da problemática regional no Brasil está diretamente vinculada ao Nordeste, com toda a complexidade que a questão nordestina adquire a partir de meados deste século e mantém até hoje, apesar das transformações que sofreu. Hoje, entretanto, temos uma complexidade muito maior, envolvendo aspectos como o pacto federativo, as desigualdades sócio-econômicas, os impactos diferenciados da internacionalização da economia e da formação do Mercosul.

Até os anos 30, a desarticulação do espaço nacional, principalmente do ponto de vista econômico²¹, uma vez que a unidade era dada muito mais pela

²⁰ VAINER (1996 - pág. 21).

²¹ A natureza desarticulada do espaço brasileiro até 1930 deu origem à formulação da noção de "arquipélago" para definir a organização espacial reinante no país durante o período colonial, o Império e a República Velha. De fato, predominavam as relações diretas de cada "ilha econômica" com o exterior, embora desde cedo, como chama a atenção FURTADO (1961), a pecuária desempenhasse um papel articulador regional, seja a atividade criatória do Sertão nordestino, seja a criação realizada no extremo sul

dimensão política, não permitia que se expressasse claramente uma problemática regional, pois havia uma autonomia significativa das diversas "regiões" que compunham o país. Predominava até então uma visão geográfica na divisão regional brasileira, nos marcos da proposta inicial de Fábio Macedo Soares Guimarães, onde os critérios fisiográficos eram absolutamente dominantes - particularmente as características climato-botânicas -, resultando na divisão do país em cinco regiões Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste, sendo que São Paulo fazia parte da região Sul e a Bahia compunha junto com Rio, Minas e Espírito Santo a região Leste. A crescente concentração das atividades econômicas na região de São Paulo e Rio de Janeiro com o advento da industrialização, leva a que se refaça a divisão regional brasileira ainda nos anos 30, com a incorporação da Bahia ao Nordeste e a separação de São Paulo da região Sul, criando-se a divisão regional oficial que temos até hoje.²² Percebe-se, pois, que a divisão regional oficial feita pelo CNG, antecessor do IBGE, já não obedece apenas critérios naturais, resultando numa síntese destes com a dinâmica sócio-econômica.

A partir deste momento começa a se forjar uma questão regional no Brasil, como nos mostra Oliveira:

*"O desenvolvimento industrial da 'região' de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao 'arquipélago' de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior."*²³

Nos anos 50, o debate sobre a questão regional assumirá definitivamente um caráter econômico e político, tendo como cerne o que se convencionou chamar desigualdades regionais de desenvolvimento. Formou-se praticamente um consenso em torno da idéia de que a concentração do desenvolvimento industrial no Sudeste estava produzindo um distanciamento das condições de vida existentes nesta região em relação ao restante do país, sendo o Nordeste apontado como o exemplo máximo disto. O resultado disto é a eclosão com força total no cenário político brasileiro da questão nordestina, o que irá redundar na criação da SUDENE.

do país, importante, principalmente para o abastecimento de carne e animais de tração para a área da mineração.

²² Embora oficialmente persista a divisão Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, outras regionalizações têm sido utilizadas como intuito de dar conta das transformações sócio-econômicas, destacando-se a que aponta a divisão em Norte, Nordeste e Centro-Sul. Outros buscam precisar mais tal processo, como é o caso de LEMOS (1993) que defende a existência de 6 regiões: Centro-Sul, composto por SP, RJ, MG, ES, PR, MS, GO, DF, MT e RO; Sul, incluindo RS e SC; Leste, restrita à Bahia; Nordeste Meridional, com PE, PB, AL e SE; Nordeste Setentrional, formado por CE, RN e PI; e Norte, com PA, MA, AM, AC, AP, RR e TO.

²³ OLIVEIRA (op. cit.- pág. 74 - grifos no original).

Como nos mostra Oliveira [1981], o que estava em jogo na realidade era a sobrevivência das elites agrárias nordestinas, pressionadas de um lado pela crescente organização e mobilização dos trabalhadores rurais e das demais forças populares no Nordeste e de outro pela crescente vontade de hegemonia do capital industrial e financeiro concentrado no Sudeste. Com a derrota das forças populares no bojo do Golpe de 64, tem-se a completa submissão das elites nordestinas não associadas ao grande capital industrial e financeiro nacional e internacional cujo centro no Brasil era a região Sudeste. A SUDENE será o agente fundamental deste processo, através da criação de mecanismos fiscais que possibilitam a instalação de filiais nordestinas das empresas então concentradas, principalmente, em São Paulo.

Este processo que já vinha se realizando antes de 1964 se expande durante o restante dos anos 60 e pela década seguinte, porém, como ressalta Vainer, o resultado não é o desenvolvimento regional, uma vez que tais empreendimentos, realizados crescentemente sobre a forma de grandes projetos industriais, ao contrário de induzir um desenvolvimento regional, funcionam como enclaves, não tendo o efeito de induzir o crescimento regional, mas de subordinar as áreas onde se instalam à dinâmica centralmente comandada:

*"...a localização destes megaempreendimentos em espaços periféricos aos eixos do desenvolvimento nacional não responde, nem pretende responder, a uma desconcentração das atividades econômicas. Ela expressa, isto sim, a tendência à apropriação e mobilização produtiva de recursos naturais em benefício de circuitos de acumulação que, mesmo quando se capilarizam até os pontos mais distantes, têm sua lógica, dinâmica e comando determinados nos centros nacionais e internacionais."*²⁴

Na realidade, tal processo significa uma alteração na perspectiva que guiara até então as políticas de desenvolvimento regional, sendo clara neste sentido a influência de Perroux e sua teoria dos pólos de desenvolvimento, como nos mostra Egler:

*"Sob a perspectiva da acumulação capitalista, a ideologia dos pólos de desenvolvimento mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo Estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias."*²⁵

Entretanto, o resultado concreto deste processo é a redução dos índices que medem a desigualdade entre as regiões, embora a problemática social vinculada ao atraso nordestino em relação ao Sudeste não seja resolvida. Com isto percebe-se uma clara mudança no debate, uma vez que sem a ameaça das forças populares e sequer uma efetiva aspiração das oligarquias rurais

²⁴ VAINER (1990 - pág. 196).

²⁵ EGLER (1995 - pág. 214).

nordestinas a um papel de destaque no cenário nacional - contentando-se com as migalhas que lhes são reservadas em reconhecimento por sua subserviência -, a especificidade da questão nordestina esvai-se, pois a desigualdade social e a exclusão provocadas pelo modelo de desenvolvimento não são particularidades do Nordeste, mas uma realidade do conjunto do país.

Com isto, o debate sobre a questão nordestina arrefece nos últimos anos, ao passo que surgem ou ganham força, em contrapartida, outras problemáticas regionais, sendo que em alguns casos há uma mudança qualitativa, pois o regionalismo deixa de ser apenas uma expressão de grupos dominantes que se sentem prejudicados com a centralização do poder, adquirindo muitas vezes caráter popular. Alguns exemplos deste tipo de movimento popular com forte caráter regional são os casos dos seringueiros e dos atingidos por barragens que fundam boa parte de sua resistência e de suas propostas na relação com o território. Vainer enfatiza tal aspecto:

*"Durante muito tempo acostumamo-nos a pensar os movimentos regionalistas como essencialmente conservadores - e estávamos certos. Agora, vemos dinâmicas de base popular, não necessariamente revolucionárias, acionando recortes territoriais/regionais. Então, temos que nos indagar também sobre a dinâmica e as estratégias de sujeitos não hegemônicos."*²⁶

Outro aspecto interessante do regionalismo que se desenvolveu recentemente diz respeito à inversão da relação entre as regiões mais desenvolvidas e as deprimidas, pois se, no passado, estas últimas representavam campo fértil para a propagação do discurso regionalista, nos últimos anos a situação se inverteu, com o surgimento de movimentos separatistas nas regiões mais ricas com o argumento de que estas estariam sendo prejudicadas, ao transferirem recursos para as mais pobres. Outro aspecto que demonstra esta inversão é o crescente questionamento da composição da Câmara Federal, uma vez que a sobre-representação dos estados com menor população e economia mais frágil e a sub-representação dos mais povoados e com maiores recursos tem sido cada vez mais criticada e apontada como uma das razões centrais para as distorções no modelo político e econômico brasileiro.

Numa vertente semelhante, Pacheco [1996] aponta para os riscos da fragmentação econômica da Nação, fruto da articulação de determinadas regiões com o exterior em detrimento da integração nacional, embora isto não implique uma reconcentração da atividade econômica. De acordo com este autor, os últimos 15 anos foram marcados por uma crescente heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de "ilhas" de produtividade muitas vezes articuladas diretamente com o exterior, o que enfraquece os laços intra-regionais e nacionais. Com a formação do Mercosul e a abertura internacional crescente este processo é reforçado. Nas suas palavras:

²⁶ VAINER (1995 - pág. 22).

*"...a inserção do país neste novo contexto será amplamente diferenciada, alimentando ainda mais as desigualdades. Não, talvez, da forma tradicional como estas desigualdades se materializaram no decorrer das últimas décadas, mas provavelmente com aumento maior da heterogeneidade intra-regional, salientando a profunda assimetria deste novo estilo de crescimento da economia mundial e alimentando, igualmente bolsões novos de pobreza em áreas anteriormente prósperas. É a isto que me refiro como tendência de fragmentação da economia nacional, pela quebra dos laços de solidariedade econômica que existiam entre as regiões brasileiras e que manifestavam um enorme potencial de crescimento nas fases de aceleração cíclica."*²⁷

Assim, verificamos hoje uma complexificação da questão regional brasileira, embora sem o realce político que já teve. Antes de passarmos à discussão da relação entre a problemática regional e os assentamentos rurais, cabe analisar as mudanças que vêm se processando no debate acerca da regionalização brasileira do ponto de vista estrito da agricultura.

Até os anos 60 as análises acerca da agricultura brasileira limitam-se a destacar, no que tange a diferenças regionais: 1) a menor concentração fundiária na região Sul em relação ao restante do país, onde o predomínio do latifúndio é absoluto; 2) a diferenciação da ocupação da terra no Nordeste, entre as zonas da Mata (onde predomina o latifúndio canavieiro), do Agreste (onde a presença de pequenas e médias propriedades voltadas para o abastecimento do mercado interno era mais expressiva) e do Sertão (marcado pela pecuária extensiva consorciada com a cultura do algodão arbóreo em grandes latifúndios); 3) a limitação da ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste, consideradas vazios demográficos.

A partir dos anos 60, em função da expansão da fronteira agrícola e da modernização que se desenvolve em algumas áreas e culturas, uma nova regionalização passa a ser apontada, tendo por base a diferença no que se refere à adoção de relações de produção e trabalho definidas como modernas.

Assim, o Norte, marcado até então pela presença de formas tradicionais de dominação do capital mercantil e por uma reduzida população e produção, sofre expressivas transformações a partir dos incentivos governamentais para a ocupação da área, o que se dá tanto por trabalhadores rurais expulsos de outras áreas do país, como pelo grande capital urbano incentivado a adquirir terras na fronteira.

*"Em síntese, nas duas últimas décadas a região Norte passou por profundas transformações decorrentes de um processo de ocupação de suas fronteiras agrícolas que incorporou, entre 1960 e 1980, quase 10 milhões de hectares à área anteriormente ocupada com estabelecimentos agropecuários e mais de um milhão de pessoas economicamente ativas, a maioria das quais no setor agropecuário."*²⁸

²⁷ PACHECO (1996 - pág. 135).

²⁸ KAGEYAMA (1986 - pág. 89).

O Centro-Oeste, por sua vez apresenta no geral um desenvolvimento mais acentuado, embora Mueller distingua quatro tipos de frente de ocupação da fronteira nesta região: de agricultura comercial, de pecuária, de subsistência (ou frentes camponesas) e as frentes especulativas.

*"Grosso modo, no sul da região Centro-Oeste (composto por Mato Grosso do Sul e a parte sul de Goiás) têm atuado vigorosas frentes de agricultura comercial, marcadamente capitalistas e tecnificadas; na porção norte (compreendendo Mato Grosso e o norte de Goiás) têm predominado as frentes de subsistência, estando aí também o locus privilegiado das frentes especulativas. Desse ponto de vista, também, pode-se concluir que a região Centro-Oeste constitui espaço bastante heterogêneo em termos de modernização agrícola."*²⁹

Os resultados deste processo de ocupação foram: o desenvolvimento de uma forte expansão demográfica nos anos 60/70, com sua retração nos 80; um expressivo aumento da produção agropecuária; uma intensa modernização da agricultura.

*"A ocupação da região Centro-Oeste, do ponto de vista do setor agrícola, caracterizou-se pela presença maciça de grandes empreendimentos capitalistas, largamente subsidiados pelo sistema de crédito e benefícios fiscais, voltados fundamentalmente para a atividades de pecuária extensiva e de algumas culturas de exportação (soja, café, algodão) além de arroz e milho, também com produção expressiva na região"*³⁰

No que se refere ao Nordeste, mantém-se no geral um quadro de estagnação, apesar dos diversos programas de desenvolvimento regional ou setorial que tiveram a região por alvo, o que certamente está ligado ao fato de não se ter tocado no principal problema: a concentração fundiária. Reafirma-se, porém, a diversidade interna, podendo ser caracterizados quatro "espaços intra-regionais", de acordo com a atividade agrícola predominante: nos estados do Maranhão e do Piauí tem-se culturas alimentares básicas e pecuária; no Ceará e no Rio Grande do Norte, produção de alimentos básicos e fibras vegetais (algodão e sisal), sob sistemas tradicionais de produção; na Paraíba, em Pernambuco, em Alagoas e em Sergipe, a atividade canavieira; no estado da Bahia não há propriamente uma atividade predominante, mas uma agricultura diversificada, entre culturas exportáveis (fumo, cacau e café), alimentos (mandioca e feijão) e pecuária (de corte e leite).

No caso do Sudeste, também se verifica a presença de expressivas diferenças intra-regionais no que se refere à modernização da agricultura, porém, no conjunto, o seu maior desenvolvimento tendeu a "naturalizar" a política econômica em geral, estimulando ainda mais o seu crescimento.

²⁹ MUELLER (1983b) apud KAGEYAMA - op. cit. - pág. 96.

³⁰ KAGEYAMA - op. cit. - págs 97/98.

Como aponta Guedes Pinto [1981], os recursos de crédito rural foram desigualmente distribuídos entre as regiões do país, em favor das mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul; os benefícios do PROAGRO também foram extraordinariamente concentrados em termos regionais, sendo os estados do Centro-Sul os mais aquinhoados; também claramente concentrados foram os subsídios à agricultura, sendo que o Sudeste absorvia em 1975-76 cerca de 30 % do valor total dos subsídios, enquanto o Nordeste e o Norte, em conjunto, recebiam apenas cerca de 8 %, apesar de sua participação na produção agrícola exceder os 20 % nesses anos; finalmente, a distribuição dos recursos da política de garantia de preços mínimos é também a favor do Centro-Sul. Sem dúvida alguma, São Paulo foi o principal estado beneficiado com este processo, transformando-se no centro da moderna agricultura capitalista brasileira.

A evolução recente da agricultura paulista foi também marcada pela valorização e aumento do uso improdutivo da terra, tornando o mercado de terras uma atividade lucrativa "em si". Outro aspecto, diz respeito ao crescimento dos setores industriais relacionados à agricultura, tanto o produtor de insumos quanto de transformação. É na década de 70 que ocorre a consolidação do Complexo Agroindustrial, centrado no Estado de São Paulo, que passou a comandar a dinâmica da agricultura paulista e nacional.

Somente neste estado, em 1980, localizava-se quase $\frac{1}{4}$ da PEA nacional, embora em decréscimo, dada a modernização cada vez mais intensa.

*"Mais do que uma mudança de produtos, a agricultura paulista experimentou profundas alterações em sua base técnica, decorrendo daí aumento acelerado da sazonalidade do emprego agrícola e proliferação das diversas formas de trabalho temporário. Isto ocorreu em muitas regiões do país, mas em nenhuma delas com a mesma intensidade que em São Paulo e, o mais importante, em nenhuma delas com criação tão expressiva de assalariados rurais completamente expropriados, ou seja, formando um contingente de verdadeiros proletários agrícolas."*³¹

Finalmente a região Sul também apresenta expressivo crescimento da produção agrícola e redução da PEA. Até os anos 70, o Sul apresentava a maior taxa de crescimento populacional total; especialmente nas décadas de 50 e 60, o fluxo migratório em direção ao Paraná e a intensificação da produção agrícola em Santa Catarina, conferiam um contínuo crescimento da participação percentual do Sul em relação ao total da população brasileira. A partir da década de 70, no entanto, o êxodo rural verificado nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, sobretudo, promoveu queda na participação da região no total do país (como também do PEA total), conferindo-lhe a qualidade de "expulsadora de mão-de-obra", particularmente em direção ao Norte e ao Centro-Oeste, áreas de fronteira agrícola. Esta mudança está diretamente ligada à modernização agrícola que concentrou a terra e reduziu significativamente o emprego agrícola no sul do país.

³¹ Idem - pág. 113.

“Em síntese, pode-se concluir que a atuação das políticas governamentais nas últimas décadas, para a região Sul, tem-se pautado por um claro estímulo à modernização de sua produção agrícola e pecuária. Isto, aliado às características históricas da região e ao desenvolvimento agroindustrial aí registrado nos últimos anos, favoreceu de forma efetivas a tecnificação da agricultura regional, em particular de alguns produtos como arroz, soja, trigo e parte da pecuária, suinocultura e avicultura.”³²

Assim, como resultado do processo de modernização dos anos 60/70, a agricultura brasileira tende a ser dividida em três regiões básicas: o Nordeste e o norte da região Sudeste, apontadas como áreas de agricultura deprimida ou arcaica; o Sul, o Sudeste e parte do Centro-Oeste como áreas modernas; norte de Mato Grosso, e a região Norte como áreas de fronteira agrícola.

Embora este padrão de regionalização mantenha-se em linhas gerais até os dias de hoje, algumas qualificações têm sido introduzidas, no sentido de destacar transformações em curso, dentre as quais destaca-se a modernização da agricultura baiana, diferenciando-se crescentemente da realidade predominante nas demais áreas do Nordeste.

Em recente artigo, Kageyama e Silveira buscaram esmiuçar ainda mais a regionalização agrícola brasileira. A partir dos dados do Censo Agropecuário de 1985, selecionaram 15 variáveis representativas das diferentes dimensões do processo de modernização, entendido como o resultado de um conjunto amplo de inovações que foram se impondo desde a década de 70. Para cada uma dessas 15 variáveis, foram calculados os valores de cada uma das 27 unidades da federação, ponderando-os com a participação de cada unidade no valor total da produção agropecuária no Brasil. Como resultado, obteve-se 4 grupos de estados. O grupo com maior grau de modernização, notadamente quanto à adoção do “pacote tecnológico estrito”, foi o composto por SP, MS e DF; outro grupo, composto pelos estados da região Sul, também apresentou elevado grau de modernização, porém tendo como vetor principal as formas organizacionais diferenciadas (principalmente a filiação a cooperativas). O grupo com menor grau de modernização foi o composto pelos estados do Norte e Nordeste, mais MT e TO. Finalmente, houve um grupo intermediário, mas com baixa representatividade: MG, ES, RJ, GO. A partir desta análise, apresentam três conclusões:

“a) O processo de modernização agrícola consolidou uma agricultura de alta produtividade com uma base tecnológica ao estilo da “Revolução Verde” (variedades melhoradas, grande uso de insumos e mecanização) concentrada basicamente em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Essa região é responsável, desde 1975, por aproximadamente 20% do PIB agrícola e em torno de 7% do pessoal ocupado em atividades agropecuárias.(...) b) A modernização também logrou aproveitar as

³² Idem - pág. 120.

*características locais (sobretudo culturais) ao impor um outro tipo de modelo, em que o elemento central reside nas formas organizacionais, mais do que na tecnologia em si (...). Referimo-nos à região Sul que, em nossa análise aparece como um bloco bastante homogêneo de agricultura de alta produtividade, mas no qual as formas familiares de organização e a filiação a cooperativas surgem como elementos que o distinguem do "modelo São Paulo". (...) Cabe notar, no entanto, que também neste modelo houve expulsão de grande contingente populacional, com perda de participação relativa da região no total do pessoal ocupado na agricultura nacional. Mesmo assim, em 1985 a região Sul tinha quase 20% do pessoal ocupado em atividades agropecuárias, gerando cerca de 27% do PIB agrícola. (...) c) Nossa regionalização indica também a necessidade de repensar a questão da chamada fronteira agrícola: de um lado, o Centro-Oeste, geralmente tomado em conjunto como uma região de "agricultura de fronteira", mostrou-se fragmentado em três agriculturas - o Mato Grosso do Sul e o DF, que seguem o "modelo São Paulo"; Goiás, que se assemelha aos menos dinâmicos do Sudeste; e o Mato Grosso, que se agrega às regiões mais atrasadas, de agricultura extensiva, como o Norte, ou de limitações naturais e tecnológicas como o Nordeste; de outro lado, a fronteira amazônica, apesar de ter melhores recursos naturais, pelo menos em certas faixas, mostrou níveis de modernização tecnológica, organizacionais e de produtividade do mesmo nível que o Nordeste, ou seja, configura, juntamente com esta última região, o que há de mais atrasado no espaço agrícola nacional."*³³

Com base nas conclusões acima, os autores apontam para o fato de que o modelo como um todo resultou em exclusão, uma vez que as áreas mais dinâmicas -mesmo aquelas onde predomina a agricultura familiar - foram incapazes de absorver mão de obra e que as regiões de fronteira transformaram-se em grandes bolsões de pobreza rural.

Este louvável esforço de atualização da regionalização da agricultura brasileira, peca ao nosso ver por tomar como elemento central a modernização tecnológica, secundarizando aspectos como as relações de trabalho, a organização da produção e as formas de integração com o mercado.

Vejamos agora como o debate acerca da noção de região e da regionalização do espaço brasileiro e da agricultura em particular pode ser articulado com a realidade dos assentamentos rurais.

A problemática regional e os assentamentos rurais

A discussão empreendida nos itens anteriores nos permite traçar algumas pistas acerca do que seria fundamental para se pensar a problemática dos assentamentos rurais em termos regionais. Para dar conta das tarefas acima, julgamos ser necessário responder a quatro questões: 1) Os assentamentos rurais são capazes de produzir uma regionalização? 2) Como é possível identificar este processo de regionalização a partir dos assentamentos? 3) Como estabelecer o diálogo desta regionalização com as formas oficiais de regionalização? 4) Regiões

³³ KAGEYAMA e SILVEIRA (1996 - págs. 341/342).

modernizadas na agricultura brasileira deveriam ser alvo de ações de reforma agrária ou esta deveria se concentrar em áreas deprimidas, onde o impacto seria muito mais expressivo?

A resposta à primeira pergunta não pode ser conclusiva, pois apenas a partir do desenvolvimento das pesquisas e da análise acerca da realidade dos assentamentos rurais será possível apontar para a existência efetiva de uma regionalização que os tenha por base. Entretanto, metodologicamente, acreditamos ser possível pensar numa regionalização a partir dos assentamentos. Para tanto nos apoiamos em dois argumentos presentes no debate acerca da região que procuramos reproduzir acima: a região é um objeto construído a partir dos enfrentamentos históricos entre diferentes atores sociais e distintos projetos de sociedade; as diferentes problemáticas que se colocam diante dos pesquisadores permitem a construção de diferentes recortes regionais. O primeiro argumento nos permite pensar os assentados e os assentamentos como atores sociais portadores de um projeto que se contrapõe de alguma forma aos demais atores sociais presentes na área onde o assentamento se estabeleceu. O segundo argumento legitima teoricamente a possível definição de um recorte regional a partir da dinâmica produzida pela presença do assentamento na área em questão. Em ambos os casos, é tarefa do pesquisador identificar em que medida as relações que se estabelecem permitem efetivamente que se fale na constituição de regiões a partir dos assentamentos e em que medida estas se contrapõem às dinâmicas regionais previamente existentes. Como afirma Vainer:

*"...quem fala de regionalização e constituição de espaços regionais, fala também, necessariamente, de processos de desregionalização e eliminação de regiões. Em diferentes escalas, novos espaços estão sendo criados, velhos estão sendo destruídos."*³⁴

Obviamente, não há consenso em torno da formulação que assumimos aqui, mas esta é uma tarefa a que o pesquisador não pode se furtar.

A resposta à segunda pergunta é ainda mais difícil de ser dada neste momento, dependendo ainda mais do que a primeira das pesquisas a serem desenvolvidas, mas, também aqui podemos afirmar preliminarmente que alguns elementos deverão ser fundamentais para permitir que se fale de uma regionalização a partir dos assentamentos, quais sejam: do ponto de vista econômico, a existência no assentamento (ou num conjunto de assentamentos próximos) de uma expressiva produção capaz de desempenhar importante papel no abastecimento, na geração de emprego e renda e na arrecadação de impostos numa determinada área; do ponto de vista político, a conformação de relações com as forças tradicionais e/ou a afirmação de um projeto político próprio capaz de influenciar a dinâmica política local/regional; do ponto de vista social, a construção de laços de sociabilidade que ultrapassem o âmbito do assentamento, desempenhando importante papel no contexto em que estes estão inseridos.

³⁴ VAINER (1995 - pág. 23).

Pelo dito acima, conclui-se que a possibilidade da conformação de regiões a partir dos assentamentos serão tão maiores quanto maior for a quantidade de assentamentos e assentados presentes numa dada região, bem como a importância relativa, em termos de área e habitantes do assentamento dentro da região em questão.

A terceira questão parece mais fácil de ser respondida neste momento, ao menos do ponto de vista teórico, uma vez que, embora a dinâmica dos movimentos sociais não seja igualável à estatal, e, conseqüentemente, os critérios de regionalização oficiais não sejam diretamente redutíveis aos adotados/produzidos por estes, é inegável que, em geral, as formulações dos movimentos sociais se forjam em contraposição às produzidas pelas classes dominantes e o Estado. Assim, devemos tomar a regionalização oficial como ponto de partida e buscar perceber em que medida a dinâmica dos assentamentos rurais reafirma, nega ou redimensiona esta. Assim, não apenas estaremos dialogando com a regionalização oficial, como também perceberemos de que modo esta pode estar sendo reformulada, uma vez que assumimos como pressuposto metodológico que a região não é algo eterno e imutável, podendo estar sendo transformada num ritmo mais acelerado do que o Estado é capaz de identificar ou reconhecer.

Por fim, a última pergunta é certamente a que possui maior dimensão política, embora algumas considerações teórico-metodológicas também devam ser feitas, ainda que a separação radical destas esferas seja impossível de ser estabelecida. Para além do debate acerca do que seria um padrão moderno³⁵, duas questões se colocam: 1) É possível falar realmente de grandes extensões marcadas por um único padrão de ocupação? 2) Tal padrão deve ser reproduzido e há condições efetivas para fazê-lo?

As respostas a estas duas questões parecem ser negativas. Em relação à primeira temos exemplos concretos, como a região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, atualmente em evidência, onde é inegável que a estrutura produtiva esteja muito distante do que se possa considerar como agricultura modernizada, mas estaria incluída nesta classificação de acordo com as análises regionais da agricultura brasileira. No que tange à segunda, as discussões são mais complexas, mas é também inquestionável que com o esgotamento do padrão de financiamento da agricultura baseado no crédito farto e subsidiado a reprodução do padrão viu-se comprometida ao menos em parte. Em alguns setores onde a integração à agroindústria não se completou e a vinculação ao mercado externo viu-se prejudicada por oscilações muito expressivas, a ruptura do padrão teve como resultado a inviabilização da continuidade da modernização, gerando profunda crise, endividamento e falências. Some-se a

³⁵ Deve-se considerar como paradigma de modernidade o padrão paulista de agricultura baseado em intensa mecanização e quimificação, forte vinculação com a agroindústria e o sistema financeiro, administração profissionalizada e trabalho assalariado, como fazem KAGEYAMA e SILVEIRA (op. cit.), ou é possível pensar que um padrão moderno tenha por base outras características, como a biotecnologia, a administração e o trabalho familiar?

isto a crítica ecológica ao caráter predatório deste padrão, colocando em questão a efetiva possibilidade e viabilidade da reprodução do mesmo, gestado nos anos 60/70.

Isto posto, consideramos que não há porque afirmar que algumas regiões do país devam ser excluídas de antemão do processo de reforma agrária, seja porque não se configuram "grandes regiões modernizadas", seja porque o "padrão moderno" adotado é bastante questionável. Mesmo do ponto de vista estritamente econômico - para não falarmos dos problemas sociais e ecológicos deste modelo - pode-se indagar se a melhor distribuição da terra e da renda não representariam um maior impulso ao crescimento econômico, pela ampliação dos mercados locais/regionais.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. "A identidade e a representação - elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região." in BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. "A questão regional no Brasil contemporâneo." in LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M. F. e NABUCO, M. R. (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo, ANPUR/Hucitec, 1993.
- EGLER, Claudio A. G. "Questão regional e gestão do território no Brasil." in CASTRO, I. E., CORRÊA, R. L. e GOMES, P. C. C. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fondo de Cultura, 1961.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. "O conceito de região e sua discussão." in CASTRO, I. E., CORRÊA, R. L. e GOMES, P. C. C. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- GUEDES PINTO, Luís Carlos. *Notas sobre a política de crédito rural no Brasil*. Campinas, IE/UNICAMP, 1981.
- HARTSHORNE, Richard. *The nature of geography*. Lancaster, Association of American Geographers, 1939.
- KAGEYAMA, Angela. *Modernização, produtividade e emprego na agricultura - uma análise regional*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1986.
- KAGEYAMA, Angela e SILVEIRA, José Maria J. "Agricultura e questão regional: uma agenda para debate." In *Anais do 24º Encontro Nacional de Economia*. Águas de Lindóia, 1996.
- LACOSTE, Yves. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo, Papirus, 1988.
- LEMOES, Maurício Borges. "O problema da regionalização: dificuldades teóricas e uma alternativa metodológica." in LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M. F. e NABUCO, M. R. (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. Rio de Janeiro, ANPUR/Hucitec, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PACHECO, Carlos A. "Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional." *Economia e Sociedade*, n.6, p. 113-40. Campinas, jun/1996.
- VAINER, Carlos Bernardo. "Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional." in MARGULIS, Sergio (org.). *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Rio de Janeiro, IPEA, 1990.
- _____. "Interdisciplinaridade e estudos regionais." in MELO, Jayro Gonçalves (org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente, GASPER, 1996.
- _____. "Regionalismos: anacronismo ou pós-modernidade?" in GONÇALVES, Maria Flora (org.). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1995.
- ZINI JR., Álvaro Antonio and SACHS, Jeffrey. *Regional income convergence in Brazil and its socio-economic determinants*. São Paulo, FEA-USP, 1996.

